

Demonstrações Financeiras

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstrações de sobras ou perdas.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Building a better
working world

Edifício Califórnia Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º Andar - Conj. 801 - Centro
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111- 0700

Fax: (5547) 2111- 0719

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Cooperativas Filiadas da

Cooperativa Central de Crédito Urbano – Cecred

Blumenau/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa Central de Crédito Urbano – Cecred** (“Cooperativa Central”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa Central de Crédito Urbano – Cecred** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes a períodos anteriores

O exame das demonstrações financeiras referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reclassificação contábil na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, descrita na Nota Explicativa 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de janeiro de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Central referentes ao exercício findo naquela data, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre aquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		3.030.680	2.080.190
Disponibilidades	4	51	23
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.373.300	1.136.790
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.560.091	847.165
Relações interfinanceiras	6	1.741	1.923
Relações interdependências	7	40.460	35.290
Operações de crédito	8	37.119	41.315
Outros créditos	9	13.197	13.028
Outros valores e bens	10	4.721	4.656
Não circulante		435.590	557.502
Realizável a longo prazo		413.182	539.307
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	270.529	400.732
Relações interfinanceiras	6	131.760	97.968
Operações de crédito	8	10.893	40.604
Outros créditos	9	-	3
Investimentos	11.a	3	3
Imobilizado de uso	11.b	8.443	6.744
Intangível	11.d	13.962	11.448
Total do ativo		3.466.270	2.637.692

	Nota explicativa	2017	2016
Passivo			
Circulante		3.083.754	2.332.046
Depósitos	12	-	2.261.869
Relações interfinanceiras	13	3.008.945	24.282
Relações interdependências	14	1.997	739
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.933	1.922
Outras obrigações	16	70.879	43.234
Não circulante		132.448	98.569
Exigível a longo prazo		132.448	98.569
Obrigações por empréstimos e repasses	15	132.448	98.569
Patrimônio líquido		250.068	207.077
Capital social	18	250.068	207.077
Total do passivo		3.466.270	2.637.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Demonstrações de Sobras ou perdas

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos.

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2017 2º Semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Receitas da intermediação financeira	20	127.567	277.946	258.653
Operações de crédito		7.095	15.600	18.784
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		120.472	262.346	239.869
Despesas da intermediação financeira	21	(127.567)	(277.946)	(258.653)
Operações de captação no mercado		(123.761)	(270.146)	(254.086)
Operações de empréstimos e repasses		(4.491)	(8.415)	(4.975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		685	615	408
Resultado bruto da intermediação financeira		-	-	-
Outras receitas / despesas operacionais		-	-	-
Outras receitas operacionais	22	42.293	80.546	67.786
Despesas de pessoal	23	(24.522)	(46.126)	(38.988)
Outras despesas administrativas	24	(17.035)	(33.416)	(28.434)
Outras despesas operacionais	22	(736)	(1.004)	(364)
Resultado operacional		-	-	-
Sobras / perdas líquidas		-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos.
Em milhares de reais

Eventos	Capital Realizado	Total
	2017	
Período de 01/01/2016 à 31/12/2016		
Saldo do início do período	166.229	166.229
Integralização de capital	40.848	40.848
Saldo final do período – 31/12/2016	207.077	207.077
Período de 01/01/2017 a 31/12/2017		
Saldo do início do período	207.077	207.077
Integralização de capital	42.991	42.991
Saldo final do período – 31/12/2017	250.068	250.068
Eventos	Capital Realizado	Total
	2º Semestre	
Período de 01/07/2016 à 31/12/2016		
Saldo do início do período	172.730	172.730
Integralização de capital	34.347	34.347
Saldo final do período – 31/12/2016	207.077	207.077
Período de 01/07/2017 a 31/12/2017		
Saldo do início do período	214.006	214.006
Integralização de capital	36.062	36.062
Saldo final do período – 31/12/2017	250.068	250.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos.
Em milhares de reais

	2017 2º Semestre	2017 Exercício	2016 Exercício (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício	-	-	-
Ajustes ao resultado do semestre/exercício:			
Depreciação e amortização	2.763	5.688	3.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	685	615	408
Provisão para passivos contingentes	459	460	15
	3.907	6.763	4.305
 Variações de ativos e passivos			
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(138.771)	(248.908)	(718.779)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(298.343)	(580.189)	(259.076)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras ativas	14.265	(33.610)	(59.356)
(Aumento) redução em relações interdependências ativas	(8.619)	(5.170)	7.228
(Aumento) redução em operações de crédito	18.395	33.292	33.760
(Aumento) redução em outros créditos	5.519	(166)	(2.561)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(499)	(65)	(1.508)
Aumento (redução) em depósitos	(2.597.201)	(2.261.869)	842.804
Aumento (redução) em relações interfinanceiras passivas	2.925.063	2.984.663	(1.828)
Aumento (redução) em relações interdependências passivas	130	1.258	(986)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	21.796	33.890	59.797
Aumento (redução) em outras obrigações passivas	24.198	27.185	(9.675)
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	(30.160)	(42.926)	(105.875)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(4.008)	(4.512)	(2.467)
Aquisição de intangível	(3.314)	(5.974)	(5.124)
Recebimentos/baixas por imobilizados e intangíveis	311	584	2.851
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.011)	(9.902)	(4.740)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital pelas cooperativas Filiadas	36.062	42.991	40.848
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	36.062	42.991	40.848
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.109)	(9.837)	(69.767)
Caixa e equivalente de caixa no início do período - reapresentado	68.816	77.544	147.311
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 4)	67.707	67.707	77.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, constituída em 13/09/2002, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, tendo por objeto apoiar o desenvolvimento e a integração das suas Cooperativas filiadas, disponibilizando produtos e serviços, fomentando o cooperativismo e supervisionando o cumprimento da legislação e dos seus estatutos sociais.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das cooperativas integrantes do Sistema Cecred, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as cooperativas do Sistema Cecred e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas cooperativas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa Central autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 23 de Janeiro de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e aquelas aplicadas às entidades cooperativas, associadas às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação de informações comparativas

Os saldos de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2016, incluídos na nota explicativa 4, parte integrante dos saldos de Caixa e Equivalente de Caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentados em função da adequação, além dos requisitos de liquidez imediata e riscos insignificantes de mudanças no valor justo, aos prazos de aplicação inferiores a 90 dias, de acordo com o requerido no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Reapresentação de informações comparativas--Continuação

	<u>Valor original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Valor reapresentado</u>
Demonstração do Fluxo de Caixa – 2016			
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras ativas	25.131	(743.910)	(718.779)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(168.607)	(90.469)	(259.076)
Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	764.612	(694.845)	69.767
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	372.202	(224.891)	147.311
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	1.136.814	(1.059.270)	77.544
Nota 4 – Caixa e equivalente de caixa			
Total	1.136.814	(1.059.270)	77.544
Demonstração do Fluxo de Caixa – 2016			
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	1.136.814	(1.059.270)	77.544

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Aplicações Interfinanceiras e Títulos e valores mobiliários

A carteira está apresentada pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e está segregada no balanço entre ativo circulante e não circulante, efetuadas de acordo com os respectivos prazos de vencimentos dos títulos. As aplicações com liquidez imediata, com o propósito de serem negociadas, independente do prazo de vencimento foram classificadas no ativo circulante. As rendas auferidas de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, operações de crédito e repasses interfinanceiros foram integralmente repassadas às Cooperativas filiadas, assim como as despesas foram custeadas pelas mesmas, conforme previsto no artigo 174 do Regimento Interno.

Títulos privados

O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo:

- Para as Letras Financeiras considera-se a taxa contratada de cada operação

Títulos Públicos

- O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As cotas dos fundos de investimento são atualizadas de acordo com a divulgação do administrador do fundo.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Operações de crédito--Continuação

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Compreendem o registro de marca e patente e das cotas junto à Confederação Brasileira de Cooperativas de Crédito - CONFEBRAS.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11 "Permanente", item "b", as quais levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN,

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 11 "Permanente", item "c", de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN,

j) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, atualizados pelos encargos exigíveis até 30/06/2017, data em que os depósitos foram resgatados pelas Cooperativas filiadas e mantidos como Centralização Financeira (conta corrente), sendo também acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

m) Relações Interfinanceiras

Os recursos captados pelas cooperativas filiadas não investidos em suas atividades são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Provisões para despesas e encargos trabalhistas

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do Banco Central do Brasil.

q) Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

As Provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Impostos e Contribuições

As Cooperativas Centrais estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17 % para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

<u>Composição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(reapresentado)
Caixa e depósitos bancários	51	24
Aplicações interfinanceiras	14.302	26.700
Títulos e valores mobiliários	53.354	50.820
Total	67.707	77.544

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários estão assim compostos e segregados:

a) Composição:

Composição	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1.312.243	-	1.136.790	-
Depósitos Interfinanceiros	61.057	-	-	-
Operações Definitivas LFT	505.376	47.615	195.683	196.792
Letras Financeiras	158.476	218.534	74.012	198.932
Cotas de Fundos de Investimento	896.239	4.380	577.470	5.008
Total	2.933.391	270.529	1.983.955	400.732

b) Segregação por vencimento:

Segregação	2017	2016
Com liquidez imediata	2.933.391	1.983.955
A vencer até 1 ano	1.641.556	1.235.613
A vencer acima de 1 ano	1.291.835	748.342
Sem liquidez imediata	270.529	400.732
A vencer acima de 1 ano	270.529	400.732
Total	3.203.920	2.384.687

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

6. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

a) Composição da carteira de repasses por cooperativa:

Composição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Repasses interfinanceiros	1.750	132.629	1.934	98.568
Viacredi	1.724	110.079	1.895	87.435
Acredicoop	-	6.059	-	2.018
Transpocred	26	151	-	-
Credifoz	-	3.713	-	2.120
Rodocrédito	-	1.426	-	712
Scrcred	-	-	39	-
Viacredi Alto Vale	-	11.201	-	6.105
Transulcred	-	-	-	178
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(9)	(869)	(11)	(600)
Viacredi	(9)	(550)	(10)	(437)
Acredicoop	-	(182)	-	(61)
Transpocred	-	(1)	-	-
Credifoz	-	(37)	-	(63)
Rodocrédito	-	(43)	-	(7)
Scrcred	-	-	(1)	-
Viacredi Alto Vale	-	(56)	-	(31)
Transulcred	-	-	-	(1)
Total	1.741	131.760	1.923	97.968

b) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

Nível de risco	% de provisão	2017		2016	
		Operações em curso normal	Provisão	Operações em curso normal	Provisão
A	0,5	123.004	(615)	95.434	(477)
B	1	3.891	(39)	890	(9)
C	3	7.484	(224)	4.178	(125)
Total		134.379	(878)	100.502	(611)

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

6. Relações interfinanceiras--Continuação

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	(611)	(209)
Constituição de provisão	(319)	(426)
Reversão de provisão	52	24
Saldo final	<u>(878)</u>	<u>(611)</u>

7. Relações interdependências

As relações interdependências estão assim compostas:

<u>Composição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerários em custódia de terceiros	40.460	35.290
Total	<u>40.460</u>	<u>35.290</u>

Referem-se a numerários que o Sistema CECRED possui em custódia de terceiros para suprimentos de Caixas e Terminais de Auto Atendimento (TAA) das cooperativas filiadas.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

8. Operações de crédito

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

Composição	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	35.674	7.482	40.853	37.360
Acredicoop	8.595	6.429	6.825	13.288
Credcrea	7.672	141	8.718	6.101
Transpocred	5.667	-	6.911	4.352
Credifoz	2.734	-	3.334	2.100
Credicomín	359	268	359	525
Crevisc	3.434	557	3.957	3.167
Scrcred	4.699	-	7.842	5.799
Rodocrédito	2.514	87	2.907	2.028
Financiamentos	2.196	3.650	1.392	4.187
Viacredi	1.078	1.623	724	1.927
Acredicoop	192	376	55	552
Transpocred	227	199	208	369
Credifoz	93	75	93	144
Scrcred	-	298	-	-
Rodocrédito	52	39	52	78
Viacredi Alto Vale	554	1.040	260	1.117
Total	37.870	11.132	42.245	41.547
Provisão para operações de crédito	(751)	(239)	(930)	(943)
Empréstimos	(732)	(208)	(914)	(895)
Acredicoop	(258)	(193)	(205)	(398)
Credcrea	(230)	(4)	(87)	(61)
Transpocred	(57)	-	(207)	(131)
Credifoz	(27)	-	(100)	(63)
Credicomín	(4)	(3)	(11)	(16)
Crevisc	(34)	(5)	(40)	(32)
Scrcred	(47)	-	(235)	(174)
Rodocrédito	(75)	(3)	(29)	(20)
Financiamentos	(19)	(31)	(16)	(48)
Viacredi	(5)	(8)	(3)	(9)
Acredicoop	(6)	(11)	(2)	(17)
Transpocred	(2)	(2)	(6)	(11)
Credifoz	(1)	(1)	(3)	(4)
Scrcred	-	(3)	-	-
Rodocrédito	(2)	(1)	(1)	(1)
Viacredi Alto Vale	(3)	(5)	(1)	(6)
Total	37.119	10.893	41.315	40.604
Limite de crédito rotativo contratado	-	-	12.000	-

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

8. Operações de crédito--Continuação

b) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

Nível de risco	% de provisão	2017		2016	
		Operações em curso normal	Provisão	Operações em curso normal	Provisão
A	0,5	4.296	(21)	4.027	(20)
B	1	18.609	(186)	27.010	(270)
C	3	26.097	(783)	52.755	(1.583)
Total		49.002	(990)	83.792	(1.873)

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento:

Setor privado	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Intermediação financeira	-	9.467	28.403	11.132	49.002	83.792

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito:

	2017	%	2016	%
Maior	15.592	31,8%	20.718	24,7%
10 maiores seguintes	33.410	68,2%	63.074	75,3%
Total	49.002	100%	83.792	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	(1.873)	(2.324)
Constituição de provisão	(121)	(400)
Reversão de provisão	1.004	851
Saldo final	(990)	(1.873)

Não houve operações baixadas como prejuízo em 2017.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

9. Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Composição	2017	2016
Serviços prestados a receber	-	100
Adiantamentos e antecipações salariais	685	602
Devedores por depósitos em garantia	-	3
Pagamentos a ressarcir	163	101
Devedores diversos – país	666	357
Valores a receber cooperativas filiadas	12.033	11.867
Outros devedores	-	1
Provisão para outros créditos	(350)	-
Total	13.197	13.031

A provisão para outros créditos é constituída com base em valores estimados para perda na realização de processos judiciais de cobrança de valores a receber de prestadores de serviços.

10. Outros valores e bens

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

Composição	2017	2016
Material de uso e consumo	27	28
Despesas antecipadas	4.694	4.628
Total	4.721	4.656

11. Permanente

a) Investimentos

Composição	2017	2016
Outras participações	1	1
Outros investimentos	2	2
Total	3	3

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

11. Permanente--Continuação

b) Imobilizado de uso

Composição	Taxa anual	2017		2016	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e equipamentos para utilização futura	-	531	-	531	279
Instalações	*	1.512	(990)	522	696
Móveis e equipamentos de uso	10%	928	(536)	392	472
Sistema de comunicação	10%	220	(101)	119	139
Sistema de processamento de dados	20%	17.855	(11.038)	6.817	5.092
Sistema de segurança	10%	283	(221)	62	66
Total		21.329	(12.886)	8.443	6.744

* Conforme o prazo de locação do imóvel.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e não identificou a necessidade constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

c) Intangível

Composição	Taxa Anual	2017		2016	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Direitos de uso de software (adquiridos antes de 01/10/13)	20%	7.707	(7.596)	111	653
Direitos de uso de software (adquiridos a partir de 01/10/13)	20%	21.490	(7.639)	13.851	10.795
Total		29.197	(15.235)	13.962	11.448

12. Depósitos

Os Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC aplicados pelas Cooperativas filiadas até 30/06/2017, foram remunerados pela taxa de juros na razão de 99,5% do CDI do período aplicado.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

12. Depósitos--Continuação

A partir de julho de 2017, por deliberação do Conselho de Administração da Central CECRED registrada na ATA nº 184, realizada em 22 de junho de 2017, os Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC, foram resgatados e mantidos como Centralização Financeira, classificada no grupo de Relações Interfinanceiras.

Composição:	2017	2016
Recibo Depósito Cooperativo – RDC Pós	-	2.261.869
Total	-	2.261.869

13. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão apresentadas a seguir:

Instituição	2017	2016
Centralização financeira – conta corrente Cooperativas filiadas	3.008.945	24.282
Total	3.008.945	24.282

A centralização financeira compreende as sobras de caixa das cooperativas filiadas que são transferidas para Cooperativa Central. Estes recursos possuem liquidez imediata, e foram remunerados, na média, pela taxa de juros na razão de 99,5% no 1º semestre de 2017 e de 100,4% no 2º semestre de 2017.

14. Relações interdependências

Compreendem a centralização dos recursos de concessionários de serviços públicos e privados recebidos pelas Cooperativas filiadas, através do convênio da CECRED, a serem repassados àqueles.

Convênios	2017	2016
Concessionários de serviços públicos	1.818	604
Outros	179	135
Total	1.997	739

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

15. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados no quadro abaixo:

Instituição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Repasses BNDES – Finame	279	1.950	55	439
Repasses BNDES - microcrédito	-	127.772	-	93.949
Obrigações por repasses - CEF	1.654	2.726	1.867	4.181
Total	1.933	132.448	1.922	98.569

O grupo obrigações por empréstimos e repasses refere-se a recursos tomados junto as instituições financeiras citadas acima, com vencimentos até dezembro de 2024. Os encargos financeiros são calculados tomando-se por base taxas prefixadas ou pós-fixadas, como a TJLP.

16. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo do grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

Composição	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	1.673	1.031
Provisão para despesas de pessoal	7.353	5.804
Provisão para despesas administrativas	537	322
Provisão para passivos contingentes	472	15
Compe a liquidar	873	527
Rateio da Receita de Centralização a repassar às cooperativas filiadas	17.885	2.689
Contas a repassar (TIB/Numerários)	395	6.275
Reserva de risco de valores – RRV CECRED	1.509	1.143
Reserva de risco de valores – RRVTA CECRED	1.201	1.071
Fornecedores	4.260	3.038
Fundo garantidor de depósitos – FGCECRED	-	15.571
REFAP Ceced	19.937	4.183
Reserva de Risco de Fraudes Eletrônicas – RRF CECRED	1.149	723
Créditos interbancários - numerários a repassar	12.844	81
Credores diversos	791	761
Total	70.879	43.234

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa Central é parte de diversos processos judiciais e administrativos, e de riscos fiscais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado	
			2017	2016
Trabalhista	Provável	380	380	-
Cível	Provável	92	92	15
Total		472	472	15

Em 31 de dezembro de 2017, as ações diagnosticadas como possível perda totalizaram R\$ 260 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 727).

Movimentação	2017	2016
Saldo inicial	15	-
Baixa por pagamento	(3)	-
Constituição (reversão) de provisão	460	15
Saldo Final	472	15

18. Patrimônio líquido

O capital social está representado pela participação de 13 Cooperativas filiadas no exercício findo (2016 – 14 filiadas) e está assim composto:

Composição	2017	2016
Saldo Inicial	207.077	166.229
Integralização	42.991	40.848
Capital Social	250.068	207.077
Total de associados	13	14

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

19. Partes relacionadas

a) Instituições relacionadas

A Cooperativa Central possui operações com as cooperativas filiadas conforme apresentado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Relações interfinanceiras – centralização financeira (Nota 6)	133.501	99.890
Operações de crédito (Nota 8)	48.011	81.919
Outros créditos (Nota 9)	11.985	9.164
Passivo		
Depósitos (RDC) (Nota 12)	-	2.261.869
Relações interfinanceiras (Nota 13)	3.008.945	24.282
Outras obrigações (Nota 16)	17.885	2.689
Capital social (Nota 18)	250.068	207.077
Receitas		
Rendas de operações de crédito	7.180	13.800
Ressarcimento de despesas administrativas para cooperativa filiada	80.547	67.786
Rendas de repasses interfinanceiros	8.420	4.984
Despesas		
Despesas de captação	-	224.247
Dispendios de depósitos intercooperativos	138.742	29.839

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

19. Partes relacionadas--Continuação

b) Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da administração da Cooperativa Central abrange os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição. Em cumprimento ao pronunciamento técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas, bem como a Política de Governança do Sistema CECRED, divulgamos abaixo o montante dos valores referentes à honorários, cédula de presença e gratificações realizada aos mesmos na competência do semestre findo.

Natureza	2017			2016		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Nº de membros	13	6	3	15	6	4
Honorários / Cédula de Presença / Gratificações	984	143	1.860	812	128	1.293

20. Receitas da intermediação financeira

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	
Operações de crédito	7.095	15.600	18.784
Rendas de operações de crédito	2.600	7.180	13.800
Rendas de repasses interfinanceiros	4.495	8.420	4.984
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	120.472	262.346	239.869
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	50.869	112.192	91.981
Rendas de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	69.603	150.154	147.888
Total	127.567	277.946	258.653

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

21. Despesas da intermediação financeira

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	
Operações de captação no mercado	(123.761)	(270.146)	(254.086)
Despesas de captação	-	(131.404)	(224.247)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(123.761)	(138.742)	(29.839)
Operações de empréstimos e repasses	(4.491)	(8.415)	(4.975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	685	615	408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(265)	(3)
Reversão de provisões operacionais	685	880	411
Total	(127.567)	(277.946)	(258.653)

22. Outras receitas/despesas operacionais

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	
Outras receitas operacionais	42.293	80.546	67.786
Recuperação de encargos e despesas	42.293	80.546	67.786
Outras despesas operacionais	(736)	(1.004)	(364)
Despesas com risco operacional	(736)	(1.004)	(364)
Total	41.557	79.542	67.422

23. Despesas de pessoal

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	
Composição			
Despesas de honorários	(1.043)	(2.192)	(2.234)
Benefícios	(4.190)	(8.256)	(7.204)
Encargos sociais	(4.519)	(8.425)	(6.885)
Proventos	(11.808)	(21.970)	(18.711)
Treinamentos	(557)	(851)	(523)
Programa de Participação dos Resultados - PPR	(2.289)	(4.216)	(3.248)
Contribuição ao PIS/PASEP	(116)	(216)	(183)
Total	(24.522)	(46.126)	(38.988)

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

24. Despesas administrativas

Composição	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	
Despesas de água, energia e gás	(188)	(368)	(317)
Despesas de aluguéis	(861)	(1.693)	(1.606)
Despesas de comunicações	(1.383)	(2.750)	(2.566)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(264)	(494)	(435)
Despesas de material	(133)	(237)	(202)
Despesas de processamento de dados	(5.420)	(11.123)	(7.463)
Despesas de promoções e relações públicas	(427)	(587)	(235)
Despesas de propaganda e publicidade	(222)	(389)	(298)
Despesas de seguros	(26)	(52)	(73)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(199)	(404)	(804)
Despesas de serviços de terceiros	(1.527)	(2.828)	(3.403)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(149)	(293)	(305)
Despesas de serviço técnico especializado	(2.865)	(5.342)	(3.820)
Despesas de transporte	(23)	(34)	(38)
Despesas de tributárias	(12)	(23)	(21)
Despesas de viagem no país	(273)	(518)	(672)
Despesas de outras despesas administrativas	(285)	(576)	(574)
Despesas de amortização	(1.600)	(3.458)	(3.503)
Despesas de depreciação	(1.178)	(2.247)	(2.099)
Total	(17.035)	(33.416)	(28.434)

25. Índices de Basileia e de imobilizado

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência ("PR"), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência	238.987	200.599
Patrimônio mínimo exigido para os Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	60.860	33.548
Índice de Basileia	36,32%	59,05%
Patrimônio mínimo exigido para os Ativos ponderados pelo Risco (RWA) + RBAN	60.886	33.669
Índice Basileia com RBAN	36,32%	58,83%
Situação do limite de imobilização	11.327	11.717
Índice de imobilização	4,74%	5,84%

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

26. Seguros (não auditado)

Há contratos de seguro patrimonial e civil em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos.

Seguro Patrimonial

Vigência: A partir das 24 Horas do dia 17/11/2017 até às 24 horas do dia 17/11/2018	Valor
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	12.853
Equipamentos eletrônicos	150
Desmoronamento	200
Quebra de vidros, espelhos e mármore	30
Objetos portáteis (Perímetro geográfico: território Brasileiro)	100
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos e queda aeronaves	250
Danos elétricos	150
Roubo e furto mediante arrombamento	250
Despesas com desentulho do local, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	150
Equipamentos arrendados e/ou cedidos pelo segurado a terceiros	966
Aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça. Período indenitário: 6 meses	180
Limite máximo de responsabilidade	13.033

Seguro responsabilidade Civil

Vigência: A partir das 24 Horas do dia 28/11/2017 até às 24 Horas do dia 28/11/2018	Valor
Operações - Estabelecimentos comerciais e/ou industriais	4.000
Riscos contingentes de veículos terrestres motorizados	400
Responsabilidade civil do empregador	1.200
Danos Morais. - Não possui limite isolado, integra o limite máximo de indenização da cobertura a que se aplicar.	-
Despesa de defesa em juízo civil. - Não possui limite isolado, integra o limite máximo de indenização da cobertura a que se aplicar.	-
Despesa de defesa em juízo criminal. - Não possui limite isolado, integra o limite máximo de indenização da cobertura a que se aplicar.	-
Prejuízos financeiros e/ou perdas financeiras. - Não possui limite isolado, integra o limite máximo de indenização da cobertura a que se aplicar.	-
Limite máximo de Indenização	4.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa Central sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações de acordo com a resolução nº 4512/16 do CMN estão assim compostas:

Coobrigações e riscos em garantias prestadas	2017	2016
Outras fianças bancárias	119.392	-
Microcrédito BRDE	112.910	-
Procapcred BRDE	6.482	-
Outras garantias financeiras prestadas	833.204	-
Microcrédito DIM - Bradesco	122.373	-
Microcrédito DIM - Banco do Brasil	11.672	-
Microcrédito DIM - Santander	10.525	-
Cartão Bancoob	687.262	-
Cartão Banco do Brasil	1.372	-
Total	952.596	-

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos cooperados através das cooperativas filiadas, em que a cooperativa Central é intermediadora e garantidora por força de contrato firmado entre as partes.

28. Gerenciamento de Riscos

O Sistema CECRED considera que o gerenciamento de riscos é estratégico e prioritário na condução das atividades e negócios. Diante da complexidade e da variedade dos produtos e serviços, a Cooperativa está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. O Gerenciamento de Riscos do Sistema CECRED trabalha para que os riscos inerentes aos nossos negócios sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Entre os principais riscos, destacam-se:

Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional visa possibilitar a identificação, avaliação, mitigação e o monitoramento dos riscos associados a cada Cooperativa Filiada, com a finalidade de manter os riscos conforme os limites estabelecidos pelo Sistema CECRED e em conformidade com a Resolução nº 3.380/2006 do CMN.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado avalia as variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros aplicados na centralização financeira, objetivando a otimização da relação entre risco e retorno, conforme os limites e modelos estabelecidos pelo Sistema CECRED, em conformidade com a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez monitora a capacidade de honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias, em conformidade com a Resolução nº 4.090/2012 do CMN.

Risco de crédito:

O gerenciamento do risco de crédito tem como foco avaliar o risco da carteira de crédito. São observados todos os aspectos pertinentes ao processo de crédito, tais como, concentração, garantias, prazos, inadimplência e provisão, visando demonstrar a qualidade da carteira, em conformidade com a Resolução nº 3.721/2009 do CMN.

Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital do Sistema Cecred tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para manter a estrutura de gerenciamento do capital compatível com a dimensão e exposição a riscos do Sistema Cecred, assim como manter níveis adequados dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas, em conformidade com a Resolução nº 3.988/2011 do CMN.

Informações adicionais

O relatório completo, com a estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema CECRED, está disponível no site da CECRED, no caminho “SISTEMA CECRED – Gerenciamento de Riscos”.

Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo

Em consonância com a legislação vigente, o Sistema CECRED estabelece critérios de análise e sistemas automatizados que indicam a suspeita de lavagem de dinheiro. Além disso, busca alinhar-se continuamente às melhores práticas de prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos nos sistemas de controle de operações e contínua capacitação de seus colaboradores.

Responsabilidade socioambiental

Diante da complexidade e da variedade dos produtos e serviços, a Cooperativa está exposta a diversos riscos socioambientais.

Por essa razão e em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014, o Sistema CECRED aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental que estabelece princípios e diretrizes socioambientais estratégicos, os quais orientam as ações, os produtos e serviços e a gestão do Sistema CECRED.

O inteiro teor da referida Política está disponível no site da CECRED, no caminho “SISTEMA CECRED – Política de Responsabilidade Socioambiental”.

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Ivo Bracht
Diretor Executivo

Márcio Alexandre Obata Queiroz
Diretor de Controladoria

Cooperativa Central de Crédito - AILOS
Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável
CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51